

Os processos de governamentalidade na escola e as lutas transversais

2

Governmentality process at school and the transversal struggles

Marcos Carneiro Silva*

Resumo: O texto apresenta um modesto diagnóstico do presente, em tempos de muitas manifestações e inquietudes, inclusive, no meio educacional. Aceita a provocação de pensar o presente e, como tal, alia-se aos pensamentos de Michel Foucault, tentando refletir, ética e politicamente, desconfiando de todos os projetos políticos voltados ao pretensão bem comum. Segundo o filósofo francês, vivemos agora, mais do que antes, no interior de uma combinação complexa de técnicas de individualização e processos totalizantes, que mascaram as relações de poder. O estudo será organizado com a abordagem inicial do papel da disciplina e da norma; em seguida, serão desenvolvidos os conceitos de governamentalidade, sujeito e poder e relações de biopoder imbricadas em situações ético-políticas. Logo após, serão apresentadas algumas alternativas denominadas de lutas transversais, como possibilidades de construção de novas subjetividades, que serão incorporadas, neste estudo, como possíveis formas de aproveitamento no sistema escolar.

Palavras-chave: Educação. Governamentalidade. Biopoder. Lutas transversais.

Abstract: The text presents a modest diagnosis of the present moment in times of many riots and concerns even in the educational area. It accepts the provocation to think about the present related to the thoughts of Michel Foucault, trying to think over, ethically and politically, doubting all political projects supposed to be focused on a well common sense. According to the french philosopher, we are living in a complex combination of processes of individualization and totalizing techniques which masks power relations more than ever. This study will be organized

* Doutor em Educação Física. Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador na Fundação Carlos Chagas. *E-mail:* <macs2006@gmail.com>

with the initial approach of the role played by discipline and rules, then the concepts of government, subject and relations of power and biopower attached to the ethical-political situation. Therefore some alternatives, known as transversal struggles, will be presented as opportunities to build new subjectivities that will be incorporated to this study as possible ways of great use on the educational system.

Keywords: Governmentality. Biopower. Transversal struggles.

Introdução

Em tempos de muitas manifestações e inquietudes, este estudo parte de uma pretensão provocadora e, como tal, alia-se a outras formas de pensamento que desafiam os modos dominantes de analisar os aspectos éticos e políticos no interior da *escola*. Há, no entanto, um estranhamento inicial, pois a educação esteve sempre ligada a formalidades, a capturas, a moralidades do pensar e, nesse sentido, estaremos lidando com “territórios contestados” (SILVA, 1999), com áreas de conhecimento que, desde sempre, estiveram pareadas com o saber/poder. Para tanto, justifica-se a aliança com o pensamento de Foucault e seus escritos sobre a governamentalidade, aliados à ética e à política. Segundo o próprio Foucault, a reflexão ética e política tem que constantemente desconfiar de todos os projetos políticos voltados ao pretenso bem comum, pois vivemos agora, mais do que antes, no interior de uma combinação complexa de técnicas de individuação e processos totalizantes (poder pastoral-governo por individuação), que mascaram as relações de poder e, muitas vezes, são defendidas pelos próprios membros da sociedade que, voluntariamente, investem na defesa desses padrões de assujeitamento (formas de submissão e imposição de subjetividades). Em vez de descobrirmos quem somos, Foucault propõe a refutação daquilo que nos tornamos, ou melhor, daquilo que fizeram de nós e, dessa forma, a negação dos processos de subjetividade com os quais fomos constituídos. Nesse sentido, os processos de escolarização necessitam de uma reflexão constante e, para isso, o enfoque deste estudo propõe não uma diretividade prescritiva, mas uma possibilidade de pensamento e ação, a partir das contribuições do pensamento de Foucault. É uma advertência necessária, pois não se trata de considerar a escola a partir do que ela deveria ser e encadear uma série de lamentações e prescrições na direção da sua recuperação, algo que estaria muito

próximo da retomada de um projeto iluminista gestado na modernidade. Nem o estudo pretende realizar análises detalhadas e inventariar os procedimentos encontrados nas salas de aula, na tentativa de produzir algo de eficaz e verdadeiro e, a partir daí, sanar os possíveis entraves da escola. A pretensão deste estudo é bem mais modesta: consiste em sugerir algumas formas de interpretação, recorrendo às contribuições de Foucault, dos processos de governamentalidade¹ na escola, que auxiliem na compreensão e nas possíveis formas de resistência, através do conceito de lutas transversais, também proposto por Foucault.

O estudo será organizado com a abordagem inicial do papel da disciplina e da norma como fundamentais para a constituição de outra sociedade nos séculos XVIII e XIX, ou seja, o discurso normalizador do professor, do juiz, do médico é, em síntese, o discurso do poder. (RABINOW; DREYFUS, 1995; FOUCAULT, 1992, 1993, 1997a, 1997b). Em seguida, serão desenvolvidos os conceitos de governamentalidade, sujeito e poder (com ênfase no governo da individualização); o poder pastoral; relações de biopoder imbricadas em situações ético-políticas. Logo após, serão apresentadas algumas alternativas denominadas de lutas transversais, entretanto, a chamada dos textos desse último Foucault é para a construção de novas subjetividades que serão incorporadas, neste estudo, como possíveis formas de aproveitamento no sistema escolar. Na conclusão, serão apresentadas as ideias decorrentes das análises anteriores numa perspectiva foucaultiana, questionando não só o funcionamento, mas também como estão se modificando tais relações no interior das escolas, uma vez que novas práticas surgem e outras desaparecem, estabelecendo outros dispositivos na constituição de novos saberes, novas identidades, na preparação da vida num Estado governamentalizado.

Poderes /saberes, governamentalidade e biopolítica

Poder e saber não estão ligados pelo simples jogo das ideologias e não se pode determinar tão somente como o poder subordina o saber, tampouco como o poder lhe impõe conteúdos e limitações ideológicos e o faz servir às suas finalidades. Foucault ainda acrescenta que

¹ Conceito desenvolvido ao longo do texto.

nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber.” (1997a,b, p. 19).

Dessa mesma forma, todo saber estabelecido assegura-se de um exercício de poder. Foucault identifica a França, na época clássica (sécs. XVII e XVIII), na formação do Estado centralizado, uma das vigilâncias das funções do poder em que se originaram determinados saberes: saber de gestão (cálculos, observações, taxas e impostos, etc.); saber de inquérito (demografia da região, estado de saúde da população, etc.); saber de inquisição (aprisionamento do indivíduo acompanhado de relatórios). Desse modo, todo agente de poder se torna um agente de constituição também de saber. Seria, então, fazer a história da extração administrativa do saber. O agente de poder se cercou de inúmeras sistematizações, a estatística torna-se uma ciência do Estado que representaria a ligação dos relatórios com uma série de instrumentos específicos de abstração e generalização. Dessa forma, o modo pelo qual todos os graus do saber são medidos, calculados, autenticados pelo aparelho escolar (e por todos os aparelhos de formação) exprime que, em nossa sociedade, um saber tem direito a exercer um poder.

A escola, como se pode perceber, exerce um papel importante na consumação do ponto de exercício de poder e no lugar de formação do saber. A partir do século XIX, diz Foucault (1979a, b), todo cientista torna-se professor ou diretor de laboratório, ou seja, detentor do saber “em estado livre”, enunciador da verdade e prestador de consultorias. O especialista (como o professor, o médico ou o psiquiatra) não mais exerce o poder sobre o seu cliente, mas se acha em condições de intervir sobre a sociedade inteira.

Desse modo, desenvolveram-se uma série de aparelhos que visavam a fabricar disciplina, impor hábitos e, desse modo, foi elaborada, na visão de Foucault (1979a, b), a pré-história de tais aparelhos de poder. Houve a substituição do sistema punitivo pelo disciplinar (exemplo do sistema penal), cuja forma foi o seqüestro, e a finalidade, a constituição

de uma força de trabalho pelo instrumental da disciplina e da formação de hábitos. O hábito, diferentemente da utilização no século anterior, será usado de forma prescritiva, será aquilo a que é necessário se submeter. O hábito não detém a mesma relação do contrato (séc. XVIII), pois será concebido como algo complementar ao contrato. Será pelo hábito que os indivíduos serão ligados ao aparelho de produção, será então a ligação daqueles que não possuem, ou seja, desprovidos de uma propriedade, a um aparelho que também não possuem.

Diferentemente do enclausuramento clássico que aprisionava doentes, criminosos e loucos, o sequestro moderno fabrica a norma. A série da constituição da força de trabalho está correlacionada ao aparelho de sequestro, que, por sua vez, está vinculado à sociedade disciplinar, função permanente de normalização. No século XIX, o poder é exercido através do hábito imposto para que alguns se submetam a ele. Assume, desse modo, a forma insidiosa e quotidiana da norma e, como tal, oculta-se, como poder, e se oferece como sociedade. É através do sistema das disciplinas que o poder se efetua, mas de forma oculta, como um discurso que analisa e especifica a norma com a finalidade de torná-la prescritiva.

Dessa forma, o discurso do rei (soberano) pode desaparecer, ou melhor, ser substituído pelo discurso normatizador (disciplinar), aliado ao saber, de quem vigia, de quem zela pela norma, de quem possui o saber de discriminar o normal do anormal, do correto do incorreto, o discurso do médico, do psicanalista e, principalmente, do professor. Nesse sentido, o professor desempenha um papel importante na imposição de normas e condutas e na fixação de hábitos. Além do discurso da moral médica, alia-se à imposição da norma, pares perfeitos para a construção de corpos dóceis.

Foucault realizou estudos sobre a intervenção das tecnologias de controle na Idade Moderna sobre os indivíduos e sobre as massas. Para o pensador francês, há a imposição de uma individualidade a cada um de nós e a todos ao mesmo tempo em que crescem as formas de controle pelo poder. A individualização é o efeito dessa identidade obrigatória de cada um de nós.

De acordo com Castelo Branco (2007), existem três grandes campos de investigação a partir desses estudos: as técnicas disciplinares, iniciadas no século XVII, que têm no corpo sua regulação e seu adestramento; as técnicas normalizadoras, iniciadas no século XVIII e que têm como objetivo a constituição do comportamento adequado, as normas de

conduta e padrões morais; e, por fim, o biopoder e a biopolítica, desenvolvidos no final do século XIX e na primeira metade do século XX, que têm como objetivo o controle de populações e subgrupos sociais.

Pode-se estabelecer também, pelo menos, três períodos aos que Foucault dirige suas análises de modo distinto, entretanto, seu deslocamento de interesses indica uma linha, mesmo que tênue para alguns, nos seus campos de estudo, a saber: a arqueologia do saber; a analítica do poder e a questão da subjetividade. Em cada período, há um campo de investigação, sem dúvida, privilegiado, mas se pode verificar certa forma de encadear suas análises, a qual torna a sua obra instigante e provocadora na direção dos sistemas hegemônicos de poder e a constituição dos sujeitos. Seja na articulação dos saberes e poderes em relação a uma crítica epistemológica (enunciados, discursos, arqueologia do pensamento), seja na elaboração de sistemas de individuação, tecnologias de controle e assujeitamentos e lutas de resistência. Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995) afirma que não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral de sua pesquisa e algo que também poderia ser adicionado à sua área de interesse: as possíveis formas de insubordinação contra as submissões incutidas na governamentalidade. O filósofo francês conceitua *governamentalidade* como um conjunto de instituições, procedimentos, análises e táticas que permitem exercer a forma específica e complexa de poder que tem como alvo a população (economia política, dispositivos de segurança) e que se pode chamar de governo sobre todos os outros. É uma espécie de contrato entre as tecnologias de dominação dos outros e as voltadas à dominação do *eu*. Em suma, “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si. (FOUCAULT, 1988, p. 84 apud REVEL, 2005). Esse conceito surgiu a partir das análises de Foucault sobre as rupturas no final do século XVI e no início do XVII, como resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média se tornou o Estado administrativo. Há, segundo ele, uma crise do poder pastoral ao longo da Idade Média:

Não somente e não tanto como rejeição da instituição pastoral, mas numa forma muito mais complexa: busca de outras modalidades (e não necessariamente menos estritas) de direção espiritual e de novos tipos de relações entre pastor e rebanho; busca, também, sobre a maneira de “governar” as crianças, uma família, um domínio, um principado. (FOUCAULT, 1997, p. 82, grifo do autor).

Houve um questionamento geral acerca das formas de governar e de se governar a si próprio, no final da época feudal, surgindo novas formas de relações econômicas e sociais, estruturando, de maneira igualmente nova, as relações políticas da época. Há uma nova governamentalidade que trocou as virtudes morais tradicionais (sabedoria, justiça, respeito a Deus, etc.), por uma arte racional de governar. Tal gestão implica uma biopolítica, não só uma gestão da população, mas um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, têm com relação a eles mesmos e uns com relação aos outros. A biopolítica compreende, no governo, não somente indivíduos por meio de procedimentos disciplinares, mas pensa no todo, na população, através de biopoderes locais, se ocupando da gestão da saúde, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, etc.

Nesse aspecto, as tecnologias governamentais compreendem, também, o governo da educação, das relações familiares, das instituições, implicando a governamentalidade dos outros no governo de si. Esse novo tipo de governamentalidade apresenta-se como uma série de tecnologias do poder relacionada a um novo objeto: a população. A descoberta da população, suscetível de ser controlada, assegura um gerenciamento mais eficiente da força de trabalho; é, ao mesmo tempo, descoberta do indivíduo e do corpo maleável, que acaba por contrapor a concepção anatomopolítica à concepção foucaultiana da biopolítica. A concepção anatomopolítica se dá, essencialmente, através de mecanismos e estratégias disciplinares dos corpos dos indivíduos, enquanto a biopolítica representa uma “grande medicina social” que se aplica à população, a fim de governar a vida como um todo. Representa, dessa forma, uma transposição do pensamento de Foucault Estado/sociedade, isto é, a manutenção da ordem e da disciplina como meio de crescimento do Estado, para uma dicotomia Estado/biopolítica, ou seja, em proveito de uma economia política da vida em geral. A biopolítica, desse modo, apresenta-se como um conjunto de biopoderes que incorpora a própria vida como um poder (no trabalho, na linguagem, nos afetos, na sexualidade, etc.), ou como um lugar da produção de subjetividades e assujeitamentos. A biopolítica é, nesse sentido, a passagem do político ao ético, ou melhor, a análise, a elaboração, a retomada da questão das relações de poder e do agonismo entre relações de poder e intransitividade da liberdade, tarefa política incessante a toda exigência social. (REVEL, 2005). O enfoque ético-político de Foucault surgiu nos textos da sua última fase (1987-84). Para Castelo Branco e Portocarrero,

o que mobiliza Foucault, doravante, será tanto o papel das resistências na trama complexa das relações de poder na atualidade, quanto as operações éticas – subjetivas e intersubjetivas – diretamente implicadas nas resistências ao poder [...]. O que Foucault procura mostrar, a partir de 1978, é que as resistências ao poder são postas em ação no próprio movimento interno da constituição das relações de poder, e que somente acompanhando as resistências é que pode-se compreender os processos de transformação social e política. (2000, p. 312-313).

Nesse sentido, a instituição escolar exerce papel importante tanto nas individualizações de controle (disciplinares) e na biopolítica quanto nas possíveis formas de resistência, uma vez que fazem parte dos processos de transformação social.

Subjetividades, assujeitamentos e lutas de resistência na escola

Onde há poder, há resistência, e, se de fato isso ocorre, não há relações de poder sem resistência. O foco dos últimos estudos de Foucault (1976-1984) é o processo de dominação exercido pelas forças hegemônicas e pelas instituições e o reconhecimento da viabilidade da contestação dos sistemas hegemônicos de poder via lutas de resistência. Com efeito, o filósofo francês estuda o papel das lutas de resistência em diversas dimensões (éticas, políticas, sexistas, das minorias, etc.), deslocando seu interesse para os modos de enfrentamento das complexas relações de poder e as suas possibilidades de êxito. Castelo Branco ressalta tal deslocamento indicando que

desde então, Foucault considera que as resistências ao poder devem ser entendidas como aquelas que visam à defesa da liberdade. E aqui cabe chamar a atenção: se em seus textos iniciais, os indivíduos pouco ou nada têm a fazer nas lutas de transformação do mundo social e político, no último Foucault, restauram-se o lugar e o papel dos indivíduos éticos, sensíveis e racionais no quadro das lutas políticas. (2007, p. 12,).

A pesquisa de Foucault, como já foi demonstrado, incidiu, inicialmente, sobre as técnicas de controle do poder e como as relações de poder dominam e conquistam a obediência, para, posteriormente, dedicar-se às diversas formas de resistência na trama das relações de poder nos dias atuais. Tais relações estão imbricadas pela articulação dos

campos ético e político, pela questão da liberdade-autonomia, das subjetividades-assujeitamentos e das formas de resistência. De acordo ainda com Castelo Branco,

os termos da oposição entre resistência, liberdade e relações de poder são postos, por Foucault, de maneira cristalina: o poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres”, ou seja, sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações, e diversos modos de comportamento podem ter lugar. (2007, p. 12, grifo do autor).

Em regimes totalitários, podem ser encontrados modos pouco perceptíveis de confronto liberdade/poder, mas isso não constitui impossibilidade à liberdade, pois a liberdade é insubmissa e diz sempre *não* às forças que procuram controlá-la. Entretanto, é no espaço público que devem ser garantidas as formas e condições mínimas ao exercício da liberdade. Para Foucault são os embates atuais contra a dominação, contra as forma de exploração e as lutas que se insurgem contra o assujeitamento que devem ser constantemente travados. Em especial, é sobre essa última que o pensador francês traçou mais considerações, pois as mobilizações em torno da individuação (governo por individuação) são as que despertam maiores interesses na atualidade.

As lutas de resistência contestam as relações de poder e afrontam, dessa forma, as tecnologias de controle social, sem maiores preocupações ideológicas ou de regime de governo, atingindo um grau de sofisticação cada vez mais elaborado que perpassa a população, chegando aos atos individuais e cotidianos dos indivíduos. A perspectiva foucaultiana atua nas resistências aos processos de assujeitamento cotidiano por considerá-la estratégica e mais eficaz nas possibilidades de êxito. Tais lutas são compreendidas como incessantes e têm que considerar, a todo tempo, as estratégias postas em jogo de parte a parte, como explicam Castelo Branco e Portocarrero:

As lutas que discutem a questão do estatuto do indivíduo instigam sobremaneira Michel Foucault, pelo fato de que ele as considera bem mais radicais e criativas, do ponto de vista estratégico, do que as outras formas de ação são, na atualidade, bastante previsíveis, senão burocráticas. (2000, p. 316).

As lutas pela autonomia do indivíduo são “lutas imediatas”, pelo fato de lutarem cotidianamente com o inimigo próximo e por possuírem objetivos imediatos e específicos. São denominadas também de lutas *anárquicas* pelo mesmo motivo, entretanto, na perspectiva foucaultiana, não há um desmerecimento das demais formas de luta, uma vez que cada uma possui um tipo de alcance e um potencial de êxito. Há uma valorização das lutas imediatas, no sentido de compreender que os demais mecanismos de assujeitamento devem ser levados em consideração com outros modos de exploração e dominação, sem haver privilégios e nem supremacias, pois são relações complexas e circulares umas com as outras. O próprio Foucault disse em entrevista:

Não basta afirmar que são lutas anti-autoritárias; devemos tentar definir mais precisamente o que elas têm em comum [...]. São lutas “transversais”, isto é não são limitadas a um país [...], não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo. [...] O objetivo destas lutas são os efeitos de poder enquanto tal. Por exemplo, a profissão médica não é criticada essencialmente por ser um empreendimento lucrativo, porém, porque exerce, um poder sem controle sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte. [...] São lutas “imediatas” por duas razões. Em tais lutas, criticam-se as instâncias do poder que lhe são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos [...]. Elas não objetivam o “inimigo mor”, mas o inimigo imediato. Nem esperam encontrar solução para seus problemas no futuro (isto é, liberações, revoluções, fim da luta de classe). Em relação a uma escala teórica de explicação [...] são lutas anárquicas. (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 234, do autor).

Porém, esses não são seus aspectos mais originais. Segundo Foucault, os que seguem parecem ser mais específicos:

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo [...]. Estas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o “indivíduo”; mais que isto, são batalhas contra o “governo da individualização” [...]. São uma oposição aos efeitos do poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. Porém, são também uma oposição ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas. [...] O que é questionado é a maneira pela qual o saber circula e funciona, suas relações com o poder. [...]. Finalmente, todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos. (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 235, do autor).

O principal objetivo dessas lutas para Foucault não é atacar uma ou outra instituição específica, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder aplicada à vida cotidiana que categoriza e marca o indivíduo e o faz com sua própria individualidade. Impõe uma lei de verdade que deve ser reconhecida por ele e pelos outros; é, em suma, uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Na questão escolar *quem somos nós?* pode ser substituído por: o que a *escola* faz de nós? Quais sujeitos/ subjetividades estão sendo construídos(as) na atualidade? Quais as possibilidades de outras construções? Serão apenas sujeitos controlados, disciplinados, obedientes, ou seja, sujeitos dóceis. Como ressalta Foucault,

talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste duplo constrangimento político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 239).

A chamada de Foucault é para a construção de novas subjetividades, pois os problemas político, ético, social e filosófico da atualidade não consistem em liberar o indivíduo do Estado, nem das instituições (como é o caso da *escola*), porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga.

Em relação às formas de assujeitamento e aos processos de construção de subjetividades nas instituições educacionais, Veiga-Neto (2008) identifica transformações nos elementos constitutivos da escola: planejamento dos objetivos, seleção de conteúdos e avaliação. Além disso, observa uma mudança na ênfase das lógicas curriculares: da ênfase da disciplina à ênfase no controle:

Trata-se da diferenciação entre docilidade e flexibilidade, de modo que se possa dizer: enquanto a disciplina moderna funciona para produzir *corpos dóceis* (Foucault, 1989), o controle pós-moderno funciona para produzir *corpos flexíveis*. É fácil entender o quanto isso tem a ver com a promoção das novas formas de assujeitamento e subjetividades no mundo atual. (2008, p. 141).

Veiga-Neto explica que essas transformações são decorrentes desse estado novo denominado de pós-modernidade, contemporaneidade, modernidade tardia, modernidade líquida, ou tantas outras formas de identificar essa temporalidade, em que o que mais interessa é que tudo se passe com certa fluidez e volatilidade. Há uma flexibilidade desejada decorrente do caráter líquido dessa pós-modernidade e complementa:

Palavras como essas – liquefação, aceleração, apagamento de fronteiras, flexibilidade, volatilidade –, tão comuns nos discursos contemporâneos, apontam para a irresistível impermanência e instabilidade do mundo pós-moderno e para o fim do mito do sujeito moderno como uma singularidade estável e indivisível. (2008, p. 144).

Tais situações podem ser utilizadas para descrever as expectativas das subjetividades contemporâneas em termos éticos, políticos, econômicos e culturais, diferentemente das constituídas na era moderna. Nesse sentido, Veiga-Neto percebe um deslocamento do currículo, como um dispositivo disciplinar para um currículo mais flexibilizado, um pouco menos disciplinar, com investidas na transversalidade temática:

Sendo assim, pode-se entender boa parte das novas propostas curriculares como tentativas de desdisciplinar os currículos, de modo a mantê-los imunes às crises que acometem as disciplinas. O raciocínio é simples: se o currículo, por ser disciplinar, contribui no sentido de trazer a crise para o interior das práticas pedagógicas, então, com a eliminação (ou abrandamento) das disciplinas, mantém-se o currículo, mas afasta-se (ou abrandando-se) a própria crise. (2008, p. 146).

Entretanto, há um reconhecimento de que as tentativas transversais, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais, são paliativas. As formas de controle vão agir, agora, não mais na arquitetura curricular, mas na forma pela qual os conteúdos são colocados em ação e são avaliados e é por aí que, segundo Veiga-Neto, estão sendo intensificadas as técnicas de controle escolar:

Nesse caso, não se trata de intervir nos dois primeiros elementos constitutivos do currículo – como vimos, o planejamento dos objetivos e a seleção de conteúdos –, mas sim nos dois outros elementos – os modos pelos quais os conteúdos são colocados em ação e são avaliados. É justamente por aí que estão se intensificando as técnicas de controle na escola. (2008, p. 146).

O controle, segundo Veiga-Neto, assume o papel de fiscalizar, submeter a exame, conferir, comparar e exercer a ação restritiva ou de contenção. Funciona como o inverso da vigilância, pois nela a ação é intensiva, ostensiva e contínua, em que os vigiados acabam se transformando em sujeitos que se vigiam, capazes de exercer o autogoverno sobre si mesmos. O controle exerce função mais sofisticada e, mesmo ameaçando, é mais episódico, descontínuo, no que tange à coleta, ao processamento e armazenamento de informações. Contudo, isso não significa que as disciplinas desaparecerão, nem que o controle é algo novo, o que ocorre é uma mudança de ênfase, para a manutenção dos riscos sociais em níveis mais seguros. O que se modifica são os objetivos dessa vigilância, não mais para disciplinar (uma vez que o governo de si e dos outros já se mostrou eficaz), mas para registrar informações acerca de nossas ações, atualizar bancos de dados e, a qualquer momento, conferir, fiscalizar informações e examinar.

Veiga-Neto apresenta um quadro peculiar e, diante dele, pode-se ter uma atitude dócil e resignada, respondendo disciplinarmente às exigências do sistema ou se pode administrar a flexibilidade e entrar estrategicamente no jogo, respondendo com novas táticas a cada investida dos mecanismos de controle e conclui:

Assim um sujeito dócil é um sujeito fácil de manejar/conduzir porque aprendeu, assumiu e “automatizou” certas disposições mentais-corporais mais ou menos permanentes [...]. Eles são capazes de se autogovernarem. Um sujeito flexível é diferente: ele é permanentemente tático. Por isso, na busca de maior eficácia para atingir seus objetivos, o sujeito flexível apresenta comportamentos adaptativos e está sempre preparado para mudar de rumo, de modo a enfrentar melhor as mudanças. A docilidade, por ser estável e de longa duração, é da ordem da solidez moderna; a flexibilidade, por ser adaptativa, manhosa, é da ordem da liquidez pós-moderna. (2008, p. 147).

A escola para Veiga-Neto (2008) foi, durante muito tempo, a principal instituição envolvida sistematicamente com a educação e a produção de subjetividades. Agora está perdendo terreno para outras instâncias da sociedade, como é o caso dos estudos do novo campo de saberes pedagógicos denominado “Pedagogias Culturais”. Não se podem prever as direções ou deslocamentos da escola nos dias de hoje; quando muito, como faz Veiga-Neto (2008), apontam-se a algumas desconfianças e expectativas. As discontinuidades e a “crise da modernidade” (ou qualquer codinome dado à atualidade), de certo, provocam expectativas e, diante delas, prescrições são inevitáveis. Entretanto, diante do exposto e das perspectivas foucaultianas parece mais sensato interpretar os deslocamentos dos processos de construção de subjetividades nas escolas (da disciplina para o controle) como artifícios para a continuidade na mesma linha eficaz e positiva das relações de poder, ou seja, se houve deslocamentos, no passado, de um sistema de soberania para o sistema disciplinar, o deslocamento da disciplina para o controle parece obedecer à mesma lógica.

A construção ou a passagem de sujeitos dóceis para sujeitos flexíveis pode estar objetivando as mesmas formas de assujeitamento, só com outras *nuances* pós-modernas. Pensar que a escola deixou de ser, ou está deixando de ser, um elemento importante na construção dessas subjetividades parece um tanto precipitado. O que poderia estar

acontecendo é uma maior concorrência externa em que os deslocamentos observados por Veiga-Neto (2008) apenas funcionariam como ajustes para novas formas de intervenção nesse processo, como é o caso da transversalidade ou de movimento menos disciplinar. Nesse sentido, o tema das lutas transversais (resistências) contra todo o aparato de técnicas de saberes e de controle, desenvolvidos para o conhecimento detalhado e a direção da vida dos indivíduos no interior das escolas, oferece uma alternativa contra o estatuto da individuação. Contrária às técnicas do poder contemporâneo, com dados cada vez mais pormenorizados da vida das pessoas (disponíveis em diversos bancos de informações), as lutas de resistência poderiam ser sintetizadas, de acordo com Castelo Branco da seguinte forma:

Contraopondo-se às técnicas de conhecimento e de controle das subjetividades, Foucault entende que as lutas de resistências em torno do estatuto da individuação poder ser sintetizadas pela palavra de ordem seguinte: o objetivo principal, hoje, não é o de descobrirmos, mas o de nós recusarmos a ser o que somos. Não se trata de encontrarmos nosso eu no mundo, mas de inventarmos nossa subjetividade. (2007, p. 13).

Desse modo, a invenção de nossa subjetividade, antes de ser produto de um encontro ou de uma descoberta, é o resultado de um processo inventivo. Tal construção ou invenção, ao que parece, passa por modificações no sistema educacional. Produzir, criar, inventar novas formas de subjetividade, novos modos de convivência e relação comunitária livres de processos e técnicas de individuação requerem empenhar lutas constantes pela liberdade. As lutas transversais (resistências) exigem empenho diuturno no afrontamento dos processos de assujeitamento. O assujeitamento é o sujeito condicionado pelas regras da moralidade capitalista, o “bom-moço burguês”, submisso e normatizado, capaz de se autogovernar que dispensa o poder pastoral, pois agora é submetido a um controle mais eficaz, ou seja, dele mesmo.

Poder criar subjetividades na escola implica a possibilidade de descoberta dos limites que o sistema educacional impõe e a ultrapassagem de tais limites, reconhecendo, também, que novamente serão encontrados novos limites, que levarão a novas ultrapassagens num processo sem fim. A construção de subjetividades está situada num

território de tensão constante e aberto, regido por forças desiguais, no qual se deve decidir se vale a pena afrontar os processos de individuação em nome de uma vida desvinculada de tutores controladores das consciências. Enfim, a construção de tais subjetividades reside na recusa de ser submisso e encarar o desafio da construção racional (ética e política) de uma vida de luta constante em defesa da liberdade.

Conclusão

O pressuposto deste estudo foi o de que pode ser pensada uma prática pedagógica aliada à filosofia como ato filosófico. Tal procedimento faz provocações, traça planos, apresenta problemas e pode criar conceitos. Sem dúvida, é uma pretensão provocadora e insinuante e, como tal, aliou-se ao pensamento de Foucault como uma forma de enfrentar os modos dominantes de analisar os aspectos éticos e políticos no interior da escola. Entretanto, esquivou-se da diretividade prescritiva e procurou uma possibilidade de pensamento e ação, não tentando considerar a escola a partir do que ela deveria ser e encadear uma série de diretrizes na direção da sua recuperação, pois tal pretensão cairia no mesmo projeto iluminista da modernidade. O estudo também não teve a intenção de realizar análises detalhadas e inventariar os processos escolares na tentativa de produzir algo de eficaz e verdadeiro e, a partir daí, sanar os entraves da escola. O argumento desenvolvido foi bem mais modesto, consistiu em sugerir algumas formas de interpretação/ação, recorrendo às contribuições de Foucault, aos processos de governamentalidade na escola que auxiliem na compreensão e nas possíveis formas de resistência, através do conceito de lutas transversais.

Reconheceu-se a perspectiva dos últimos textos de Foucault, que afirmavam que a reflexão ética e política tem que, constantemente, desconfiar de todos os projetos políticos voltados ao pretenso bem comum, pois vivemos no interior de uma combinação complexa de técnicas de individuação e processos totalizantes (poder pastoral-governo por individuação), que mascaram as relações de poder e, muitas vezes, são defendidas voluntariamente pelos próprios membros da sociedade e, no caso em questão, os próprios professores. Procurou-se, nesse contexto, compreender as técnicas de individuação e o processo de governamentalidade na escola e como o pensamento de Foucault pode ajudar a enfrentá-las.

Em suma, as lutas transversais, antiautoritárias ou imediatas podem servir tanto aos alunos como aos professores no combate ao estatuto da individuação. Percebe-se, já há algum tempo, que os processos de escolarização corroboram, ou melhor, forjam identidades. Uma vez que a dissolução do sujeito está lançada, e em vez de descobrirmos quem somos, Foucault propõe a refutação daquilo que nos tornamos, ou melhor, daquilo que fizeram de nós. Assim, a escola pode ser pensada como mais um dos espaços para provocar a criação de novas subjetividades, e tal criação poderia ser empreendida através das lutas imediatas. Tais lutas não seriam contra uma instituição escolar em particular ou contra o Estado como um todo, mas embates cotidianos contra todas as formas de governamentalidade no interior da escola que vinculam e forjam subjetividades, alijando qualquer outra possibilidade de construção mais autêntica da subjetividade.

Algumas conclusões podem ser extraídas dessa perspectiva foucaultiana, e uma delas é admitir que a invenção de nossa subjetividade, antes de ser produto de um encontro ou de uma descoberta, é o resultado de um processo inventivo; tal processo, ao que parece, passa por modificações já detectadas no próprio sistema educacional. A outra é reconhecer que a produção, criação, invenção de novas formas de subjetividade, novos modos de convivência e relação comunitária, livres de processos e técnicas de individuação requerem empenhar em lutas constantes pela liberdade, e tais lutas (transversais, imediatas) exigem empenho diuturno no afrontamento dos processos de assujeitamento. E, por fim, compreender que a criação de subjetividades, na escola, implica a possibilidade de descoberta dos limites que o sistema educacional impõe e a ultrapassagem de tais limites, reconhecendo, também, que novamente serão encontrados novos limites e que esses levarão a novas ultrapassagens num processo sem fim, recusando o papel da submissão e encarando o desafio da construção racional (ética e política) de uma vida de luta constante em defesa da liberdade.

Entretanto, Foucault falou muito pouco sobre liberdade, mas seu pensamento nunca encerrou os indivíduos numa trama sem saída de processos de dominação de saberes/poderes, nem mesmo numa resistência descompromissada e desengajada. Alguns podem pensar em modelos de liberdade a partir da constituição de indivíduos livres, resultantes de programas conscientizadores e emancipatórios. Certamente, estranharão a perspectiva foucaultiana em que a liberdade

é a experiência da novidade, da transgressão de limites, da invenção ou criação de novas possibilidades de vida. Em suma, se a liberdade é insubmissa, é a vontade de liberdade, um pensamento inquietante, que refuta a descoberta do que somos que propõe a crítica e a negação daquilo que nos tornamos. Isso sugere a análise histórica dos limites que foram impostos a nós e a experimentação constante da possibilidade de transgredi-los.

Referências

- CASTELO BRANCO, G.; PORTOCARRERO, V. (Org.). *Retratos de Foucault: considerações sobre ética e política*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 310-370.
- _____. Foucault em três tempos. *Mente e Cérebro: Foucault e Deleuze*, São Paulo: Duetto, n. 6, p. 7-13, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1971)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997a.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1977-1978)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997b.
- _____. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 2. II.
- _____. *Palavras e as coisas*. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. *Revista de Ciências da Educação*, Lisboa: Sísifo, n.7, p.133-142, 2008.

Submetido em 29 de março de 2015.

Aprovado em 2 de junho de 2015.